

Antes de *Bracara Augusta* Francisco Sande Lemos*

Palavras prévias

Ao longo de mais de três décadas, primeiro como vogal da Comissão Instaladora da Universidade do Minho depois como Vice-Reitor, Reitor e, finalmente, como Presidente do Conselho Cultural da UM o Professor Lúcio Craveiro da Silva foi um apoiante inabalável do Salvamento e Estudo de *Bracara Augusta*. Nos momentos de maior incerteza nunca duvidou do valor do projecto, garantindo a sua continuidade. Esteve sempre presente nas sucessivas conferências, normalmente realizadas no Museu Nogueira da Silva, em que se divulgavam as descobertas arqueológicas. Lia atentamente todos os artigos sobre a Arqueologia de Braga, publicados quer nos *Cadernos de Arqueologia*, quer na *Revista Forum*. Orgulhava-se do contributo decisivo da Universidade do Minho para o estudo e conservação dos vestígios de uma das grandes cidades da *Hispania* e do Império. No entanto, para o Professor Lúcio Craveiro da Silva a dinâmica do Conhecimento era mais importante que o Património Cultural, como entidade estática. Aliás, na sua perspectiva, Conhecimento e Cultura eram indissociáveis.

* Antigo presidente da Unidade de Arqueologia da Universidade do Minho.

Reconhecia a necessidade de intervir para salvaguardar as ruínas, mas, para além das contingências do Presente, entendia como prioritária a aquisição do Conhecimento, a publicação dos resultados dos trabalhos arqueológicos. Por outro lado, tanto nas reuniões do Conselho Cultural, como em conversas com os responsáveis do Projecto de *Bracara Augusta*, suscitava perguntas pertinentes sobre os estudos em curso, inquirindo por vezes temas para os quais ainda não dispunhamos de dados suficientes. Reconhecia, com serenidade, que a formação do Saber é um processo longo e demorado que ultrapassa, em cada disciplina científica, o tempo limitado da vida individual.

Este artigo, sobre o contexto proto-histórico do lugar onde mais tarde foi edificada a cidade de *Bracara Augusta*, é dedicado ao interesse permanente do Professor Lúcio Craveiro da Silva sobre as origens da cidade na qual viveu e a que dedicou quatro décadas da sua longa vida.

1 Introdução

1.1

Sobre a origem do local onde foi edificada *Bracara Augusta* colocam-se várias hipóteses. De acordo com uma delas teria existido, anteriormente, um grande povoado proto-histórico, um castro, hipótese inspirada em Plínio que mencionou o *oppidum* dos *Bracari*, ou seja um lugar central fortificado e extenso. Embora o texto seja ambíguo, pois tanto se pode referir a um castro como a um novo povoado central edificado já sob os auspícios de Augusto, entende-se que teria sido a capital dos *Bracari*.

Esta teoria, defendida por diversos autores, como por exemplo Armando Coelho da Silva (1986), não tem sido confirmada por trabalhos arqueológicos. Efectivamente desde 1976 que já se realizaram em Braga várias dezenas de escavações, sondagens e acompanhamentos, sem que tenha sido encontrada a mínima evidência de vestígios do hipotético *oppidum* (Martins e Lemos, 1998). De facto, há, em Portugal, sítios romanos que tiveram ocupações precedentes, lugares escolhidos para sedes conventuais ou de *civitates*. *Scalabbis* foi fundada sobre um povado anterior, tal como *Pax Iulia*, de acordo com descobertas recentemente anunciadas (Março de 2008), assim como *Conimbriga* (Alarcão e Étienne, 1975) ou o Porto (no Morro da Sé) (Silva, 2000). Mas nestes locais foram sempre descobertas estruturas, ou alicerces, de construções da II Idade do Ferro, sendo consensual que as duas cidades foram fundadas sobre antigos povoados.

Todavia, mesmo confrontados com as evidências, os partidários da hipótese de um castro pré-romano em Braga não desarmam (Silva, 2007; Almeida, 2003; 2007). Entendem que a ausência de sinais de construções castrejas em Braga se deve ao intensivo programa de edificação da nova cidade, na época de Augusto e décadas subsequentes que as arrasou sem deixar vestígios. A argumentação contrária, que defende uma cidade *ex-novo* (Martins, 2000), fundamenta-se não só no elevado número de intervenções e extensa superfície já estudada, sem qualquer registo de muralhas ou de estruturas habitacionais pré-romanas, como também nas características topográficas da colina de Braga (Tranoy, 1981;

Lemos, 1999), que em nada correspondem ao tipo de locais escolhidos para o assentamento de povoados fortificados da Idade do Ferro.

No Porto bastou abrir uma pequena sondagem na Rua de D. Hugo, junto à Sé para se descobrir uma construção da Idade do Ferro, o que foi confirmado pelo registo de cerâmicas púnicas noutros pontos do Centro Histórico. Por outro lado, em *Conimbriga* os sucessivos, profundos e amplos programas urbanísticos de Augusto e dos Flávios não obliteraram as ruínas do povoado da Idade da Ferro que antecedeu a cidade romana (Alarcão e Étienne, 1975). Também em Lisboa, apesar das intensas ocupações romana e islâmica, foram detectadas estruturas da época pré-romana, tanto no cume (na zona do Castelo) (Gaspar e Gomes, 2003), como nas margem do antigo esteiro do Tejo, na Rua dos Correiros (Bugalhão *et al.*, 1994).

Por muito "intrusiva" que tenha sido a edificação de *Bracara Augusta*, no período júlio-claudiano, bem como as remodelações efectuadas sob os Flávios e Antoninos, já teriam sido encontrados indícios, mesmo residuais, do *oppidum* dos *Bracari* referido por Plínio. Na verdade, nada obsta a que tal *oppidum* se localizasse, outrossim, num dos inúmeros grandes povoados castrejos próximos, como a Citânia de Briteiros, o Monte das Eiras, o Castro do Monte Redondo (Guizande), ou o Monte de Santa Marta da Cortiças (Falperra) para somente referir algumas das várias hipóteses possíveis.

Na perspectiva do lugar com maior domínio visual, o Monte de Santa Marta de Cortiças é sem dúvida o sítio mais lógico, mas não tem evidências amplas de proto-urbanismo, como a Citânia de Briteiros.

1.2

Outra proposta sobre a origem da fundação de Braga foi formulada por A. Shulten (1943), o conhecido arqueólogo germânico, o qual sugeriu que na colina do Alto da Cidade foi estabelecido um acampamento militar no contexto das guerras cantábricas, na terceira década antes de Cristo quando se concretizou a última etapa da conquista da *Hispania*. De facto, está hoje demonstrado que tanto *Asturica Augusta* (García Marcos e Vidal Encinas, 1996) como *Lucus*

Augusti (Rodríguez Colmenero, 1995) foram edificadas sobre acampamentos militares. Contudo a posição geográfica destas duas grandes cidades romanas do Noroeste Peninsular é distinta. *Bracara* ficava muito longe do teatro operacional das campanhas de 26/25 a.C. as quais tiveram como epicentros as zonas de Benavente e Bierzo (Províncias de Zamora e León) (Syme, 1970; Orejas *et al.*, 2000).

Por outro lado, tal como para a primeira hipótese, faltam dados arqueológicos. Nunca se registaram vestígios de um sistema defensivo próprio desse tipo de acampamentos. O número de moedas (*caetrae*), associadas ao soldo dos militares que integraram as legiões comandadas pelos generais de Augusto, é reduzido (Zabaleta Estévez, 2000). De qualquer modo é uma hipótese que não se deve eliminar de todo, analisando sempre com cuidado todos os eventuais vestígios de uma possível estrutura militar. De facto permanece em suspenso a interpretação de elementos anteriores à construção da primeira fase dos banhos do Alto da Cividade. Previamente terá existido um *horreum* (armazém de alimentos) (Martins, 2005). Estaria este *horreum* integrado num acampamento militar? Por outro lado foi detectado na zona do Fujacal, na área intra-muros do Baixo Império, um fosso em forma de V que justifica novas intervenções no local para esclarecer melhor a sua cronologia e extensão¹. Contudo a possibilidade de ter existido um acampamento militar não exclui a que apresentamos de seguida.

1.3

Uma terceira hipótese foi avançada pela primeira vez pelo investigador Alain Tranoy cuja tese de doutoramento, *La Galice Romaine*, foi publicada em 1981. Neste trabalho, uma obra de grande fôlego sobre a História e a Epigrafia do Noroeste da *Hispania*, Alain Tranoy (1981) sugere que a colina, onde mais tarde foi fundada *Bracara Augusta*, teria sido um lugar onde se reuniam os habitantes dos diversos castros que integravam os *Bracari*, a fim de discutirem assuntos de interesse comum e trocaram produtos. Esta proposta sustenta-se, por um lado, no posicionamento estratégico do sítio, localizado num ponto central, entre as bacias do Ave e do Cávado, numa encruzilhada de rotas terrestres e fluviais.

O único curso de água adjacente à colina de Braga é o rio Este, afluente principal do Ave. Todavia, embora o caudal do Este seja pequeno na zona de Braga, salvo quando a precipitação é elevada a jusante da cidade, o seu traçado divaga para Oeste por um vale aberto e plano que termina próximo da foz do Ave. Controlando este acesso ao coração do território dos *Bracari*, na zona da confluência dos dois cursos de água eleva-se a Cividade de Bagunte (Vila do Conde) e, um pouco mais a montante, sobranceiro ao Este, numa garganta apertada, o Castro de Penices (Vila Nova de Famalicão). Para Norte de Braga abre-se o amplo vale do Cávado cuja foz, controlada pelo Castro de S. Lourenço, se avista do Castro de Santa Marta das Cortiças, sobranceiro à colina onde foi edificada *Bracara*. Para Sul logo por detrás da cumeada, formada pelos montes do Sameiro e da Falperra, fica o vale intermédio do Ave, onde se destaca a Citânia de Briteiros.

No sentido de Sul para Norte há um corredor natural de circulação que corta ortogonalmente os referidos vales, um longo e complexo eixo tectónico que principia no vale do Douro e termina na Ria de Vigo (mais tarde neste corredor vai instalar-se no sentido Sul a via *Bracara – Emerita* e para Norte o caminho entre *Bracara* e *Lucus* por *Limia*, *Tude*, *Turoquia* e *Iria Flavia*.

Por outro lado, a cartografia dos povoados proto-históricos da zona é elucidativa. Efectivamente a colina de Braga está rodeada por inúmeros grandes e pequenos castros, uns situados num círculo mais próximo inferior a cinco quilómetros, ou seja menos de uma hora de marcha: Santa Marta das Cortiças – Falperra (já citado), Braga; Senhora da Consolação – Nogueiró, Braga; Monte Redondo – Guisande, Braga; Castro de S. Mamede – Gondizalves, Braga; e Castro Máximo, Braga. Outros ficavam numa faixa mais afastada, entre cinco a dez quilómetros, e sem visibilidade directa, ou intervisibilidade, com o local onde seria edificada *Bracara*: Castro das Eiras (Vila Nova de Famalicão); Citânia de Briteiros; Sabroso; Santa Iria, Monte de Calvos; Castro de Lanhoso; S. João do Rei (dos restantes os primeiros situados no concelho de Guimarães e os outros no da Póvoa do Lanhoso). Mencionámos apenas os mais próximos e os maiores, ou mais conhecidos, pois há mais castros que ficam nesse círculo de dez quilómetros em redor da colina da Cividade (fig. 1 e 2).

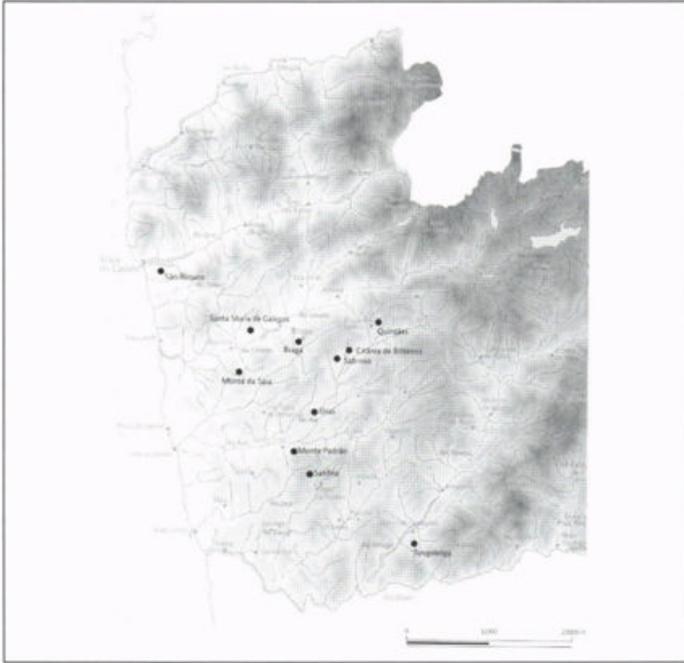


Fig. 1 – Mapa com a distribuição dos castros em redor de Braga com banhos de sauna. (Reproduzido de "Minho: traços de identidade", UM, 2009)



Fig. 2 – Mapa com o relevo da colina de Braga e linhas de água. (Arquivo UAUM)

A proposta de Alain Tranoy permaneceu adormecida. Todavia a reinterpretação de determinados monumentos e o achado de outros, permite avançar um pouco mais nessa possibilidade. Diga-se, em abono da verdade, que o primeiro estudioso a retomar a hipótese de um lugar não habitacional, embora sem citar Alain Tranoy, cuja obra é no entanto bem conhecida, foi António Rodríguez Colmenero (2006). Para este investigador o lugar onde foi fundada Braga terá sido uma *locus* sagrado, na II Idade Ferro, à semelhança de *Lucus* (bosque sagrado) *Augusti*. Teríamos assim como regra a fundação das capitais da *Callaecia* em lugares sagrados pré-romanos.

Também num recente e excelente artigo Rui Morais (2005) estuda o contexto da fundação da capital da *Callaecia* meridional.

Em nosso entender a interpretação arqueológica da colina onde foi fundada *Bracara Augusta* é muito mais complexa. Há, de facto, toda uma série de indicadores arqueológicos favoráveis a uma hipótese que inclui diversos vectores, para além da componente sagrada, aspecto pelo qual principiamos o nosso comentário.

2

“A Colina Sagrada”

2.1

A Fonte o Ídolo

Segundo A. R. Colmenero (2006) registam-se, em Braga, dois lugares de culto de tradição indígena: a Fonte do Ídolo e os banhos descobertos durante as obras da nova Gare de Caminho de Ferro de Braga (Lemos *et al.*, 2002). Quanto à Fonte do Ídolo a hipótese de se tratar de um lugar venerado antes da fundação da cidade é muito verosímil. Foi formulada no estudo pioneiro de Leite de Vasconcelos (1905), tendo sido retomada por sucessivos autores².

Penedos e as fontes foram lugares sagrados na Proto-História. Na Fonte do Ídolo convergem os dois elementos: a água e a pedra. O granito como poderoso elemento telúrico; a água como sinal da abundância, fonte de vida e prosperidade. As divindades representadas são, de acordo com as últimas leituras de A. R. Colmenero (2002 e 2006): do lado esquerdo, uma figura togada, com uma cornucópia (abundância) na mão, representando *Nabia Fortuna*; do lado direito *Tongusnabiagoi*, insculpido do numa efigie encaixada numa edícula (fig. 3).



Fig. 3 – A Fonte do Ídolo – Braga

Tradicionalmente *Nabia* era considerada uma divindade das águas (Silva, 1986). Há, no entanto, novas propostas para o significado de *Nabia*. Em textos, ultimamente publicados, os atributos de *Nabia* tem sido interpretada de diversas formas: relacionada com confrarias de guerreiros, como garante da unidade fraterna (García Moreno, 2005); como uma entidade aglutinante e que cria laços de cooperação, estabelecendo vínculos de coesão ou de tutela (Luján Martínez, 2005), autor que também equaciona a possibilidade de ser uma divindade de colina, ou vale, entre montanhas. Nesta última hipótese, atendendo à posição orográfica de Braga, um vale encostado a cumeadas, o significado de *Nabia*,

poderia ser quase perfeito. No entanto, a questão é muito mais complicada, pois existe também a possibilidade de *Nabia* ser um teónimo de funcionalidade polivalente (Olivares Pedreño, 2006), cujo significado variava, podendo assinalar tanto a água, como a terra e o céu. Aliás esta hipótese já tinha sido anteriormente suscitada (Le Roux e Tranoy, 1974). No mais recente texto sobre a Fonte do Ídolo é desenvolvida a proposta mais complexa de J. C. Olivares Pedreño (Elena Garrido *et al.*, 2008). Todavia neste último trabalho não é suficientemente destacado um aspecto essencial: “Según nuestra teoría, en esos altares donde se relaciona a la diosa lusitano-galaica con comunidades indígenas se habría resaltado su carácter tutelar y político, ...” (Olivares Pedreño, 1998/99). A amplitude de funções revela uma entidade tutelar com diversos poderes. Independentemente dos seus atributos *Nabia* foi uma das divindades que protegiam a colina de Braga, em contexto pré-romano.

E *Tongus*? Segundo Alain Tranoy (1981) seria uma divindade tutelar da cidade de origem de *Celicus Fonto*, ou seja um teónimo lusitano. Também poderia ser um deus local como pretende A. Rodríguez Colmenero (2002 e 2006). Segundo este autor *Tongaenaibiagoi*, registado na inscrição, seria, o paredro de *Nabia*, representando a “Veiga bracarense”.

Em nosso entender a hipótese de Alain Tranoy (excluindo a possibilidade da figura togada representar *Celicus Fronto*), é ainda a mais convincente pois a união inscrita na pedra dos dois teónimos, um galaico e abrangente, *Nabia*, outro exterior e tópico, alcança um complexo patamar simbólico como um pacto só possível graças à superior tutela do poder romano.

O dedicante *Celicus Fronto*, embora registado na epígrafe, não terá sido figurado o que é plausível. A integração do santuário numa moldura clássica, foi garantida não só mediante a representação das divindades e das epígrafes em si mesmo, como também por elementos arquitectónicos que as enquadravam, tal como num templo (Elena Garrido *et al.*, 2008). Através deste triplo processo – representação em estilo clássico de divindades pré-romanas; gravação dos seus nomes em latim; enquadramento arquitectónico – foi perpetuado o acto solene da inserção de um *locus* sagrado indígena tutelado por *Nabia*, na ordem romana, processo assegurado por um benfeitor (*Celicus Fronto*), nos primórdios do séc. I d.C., senão mesmo antes, na própria fase inicial de *Bracara Augusta*.

De acordo com Manuela Martins terá sido um dos primeiros registos de evergetismo na urbe de Augusto (Martins, 2000; Elena Garrido *et al.*, 2008). Se a nossa anterior proposta como santuário privado era pobre (Lemos, 2002), a hipótese de um acto de evergetismo é redutora.

Talvez seja algo mais elaborado. *Celicus Fronto* era um emigrante cuja origem não está bem determinada, pois *Arcobriga* é um topónimo identificado com vários locais da Meseta (Tranoy, 1981). O dedicante, ao mandar edificar um templo no local preciso de um santuário indígena estabelecia, por um lado, laços duradouros com a comunidade (os *Bracari*) que o acolhera. Por outro lado afirmava a sua "romanidade", integrando-se a si e aos seus descendentes, bem como ao seu deus tutelar, no projecto de uma urbe cujo nome era, por si mesmo, um pacto, de nível superior, entre o universo indígena e o poder imperial: *Bracara Augusta*. O texto do pacto estava exposto ao lado da figura togada, numa tábula em bronze fixada à rocha por meio de dois orifícios ainda observáveis. De certo modo o Santuário do Ídolo assinala, num elaborado registo simbólico e arquitectónico, o complexo sistema de alianças políticas e sociais que, de um modo geral, as *tabulae* e *tesserae* de hospitalidade, descobertas em várias zonas da Península Ibérica também testemunham, e das quais o Pacto dos *Zoelae* constitui um paradigma.

Por último será interessante referir que a Fonte do Ídolo fica próximo de um local onde foi descoberta uma necrópole da Idade do Bronze Final (Bettencourt, 2000) e um possível *habitat* anexo (Lemos, 2002).

2.2

Os banhos castrejos

Um momento decisivo para uma nova leitura da colina onde foi edificada *Bracara Augusta* foi a descoberta em 2002 (Lemos *et al.*, 2002), durante o acompanhamento da construção da nova Gare Ferroviária de Braga, de uma estrutura castreja de banhos. Estes banhos foram edificados no ponto onde convergiam duas ribeiras principais: uma proveniente do lugar onde hoje fica a Catedral; outra com origem na Rotunda de Maximinos, correndo o seu leito no talvegue sobre o qual está hoje a Rua do Caires. Contudo a ribeira de maior caudal nas-

cia no subsolo da zona da Catedral, provavelmente alimentada por um extenso aquífero instalado entre as fracturas do granito sobre o qual foi levantado o templo (fig. 4). Ambas estavam inseridas na bacia hidrográfica do Cávado.



Fig. 4 – Traçado da muralha do Baixo Império que está subjacente ao edifício da Catedral de Braga

Na Pré-História Recente esteve instalada junto à ribeira oriunda da zona da Sé, em local exacto ainda por determinar, uma comunidade do calcolítico. De facto, foram recolhidos materiais daquele período, durante a escavação dos referidos banhos, num sector aberto na estrutura pética envolvente. Nessa sondagem foram detectados sedimentos de um paleo-canal tendo sido recolhidos diversos materiais, designadamente um machado de pedra polida, lâminas de sílex e numerosos pequenos artefactos de quartzo hialino (Lemos *et al.*, 2002). Tanto quanto se deduz dos paleo-canais registados o ribeiro ainda corria a céu aberto na Idade do Ferro. Mais tarde no período romano, no Alto Império, a água da nascente da Sé foi canalizada, conforme se verificou nos trabalhos arqueológicos prévios à ampliação do Museu da Catedral na Rua de D. Diogo de Sousa (Lemos e Leite, 2006) (fig. 5). Talvez alimentasse um fontanário público localizado mais a Sul, junto da saída de *Bracara para a Lucus*³. A muralha do Baixo Império integrou a conduta (fig. 6), pelo que se deve admitir

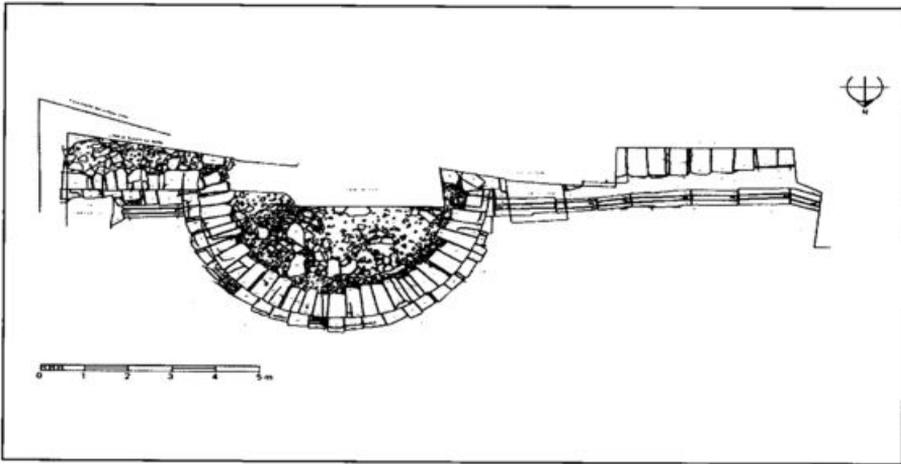


Fig. 5 – Desenho do torreão da muralha do Baixa Império, estrutura que se sobrepôs, sem inutilizar a conduta de água limpa. (Arquivo UAUM)



Fig. 6 – Pormenor da conduta de água limpa, a Sul do Torreão. (Arquivo UAUM)

que o manancial continuava activo no século IV. Já na Idade Moderna a água foi desviada para Norte, talvez quando se construiu a Igreja da Misericórdia, o que é compreensível no contexto do desenvolvimento nesse sentido da cidade da Baixa Idade Média e Idade Moderna.

O monumento castrejo da ECFB é uma estrutura que segue os padrões do seu tipo. Implantada com uma orientação sensivelmente Este/Oeste e ocupando uma área de aproximadamente 72 metros quadrados e com uma altura máxima conservada de 1,20 m, os banhos localizavam-se na margem direita da linha de água proveniente da zona da Catedral, mas não muito longe de uma outra que tinha origem na actual Rotunda de Maximinos. Parcialmente mutilado, talvez em finais do séc. XIX, aquando das obras de construção da ECFB, altura em que terá sido amputado o forno e grande parte da câmara de sauna, o monumento conserva os elementos necessários para se deduzir a sua estrutura original: o arranque dos muros laterais norte da câmara; a antecâmara, de planta sub-rectangular, em bom estado, com 1,70 m de comprimento interno por 2 m (largura máxima) e 1,55 m (largura mínima); e o pátio. A "*Pedra Formosa*" (0,31m de espessura; 0,83m de altura e 1,74m de comprimento), com a típica cavidade semicircular na parte inferior (0,43 por 0,38 m), separava a sauna da antecâmara. O pavimento original da antecâmara é constituído por pedras de média dimensão regulares⁴; os bancos laterais são dois grandes monólitos lavrados de formato subrectangular. Entre a antecâmara e o pátio há uma entrada definida por duas ombreiras, sobre as quais assentava um lintel (deslocado do seu lugar original). Neste elemento foi recortado, no centro superior, uma pequena abertura em forma de U recto, onde assentava uma viga em madeira que suportava a cobertura do edificado, talvez em madeira. O átrio (4,72 m de comprimento e 2,80 m de largura) é pavimentado com grandes lajes de granito irregulares, desdobrando-se, de forma pouco pronunciada, em dois níveis, cuja diferença de cota oscila entre 15 e 20 cm. O nível mais elevado, ocupa o quadrante Sudoeste e parece marcar a entrada e saída para e da antecâmara; o nível inferior, seria continuamente invadido por regolfos de água. Duas das lajes do pavimento, uma situada a Norte, a outra no enfiamento da entrada para a antecâmara, foram talhadas em forma de pia, sendo que a primeira é mais ampla e profunda (18 cm) e teria ali sido colocada com o propósito de receber as águas que abasteciam o edifício, talvez através de uma caleira da qual não

se conservam vestígios. Persistem, pois, dúvidas quanto ao local preciso da entrada de água, se através do sistema em conduta acima descrito, se por uma abertura perceptível, sensivelmente a meio do embasamento da parede Oeste, afigurando-se esta última hipótese como a mais plausível. A drenagem fazia-se através de uma pequena abertura a Sul, limitada por dois elementos cilíndricos, toscamente talhados. De facto, numa faixa com cerca de 40 a 50 cm que liga aquela abertura à boca de saída, não se observam lajes, mas apenas um espesso sedimento aluvionar. No cunhal Noroeste do pátio, na face interna da parede Oeste, destaca-se um monólito de pouca espessura, talhado em forma semi-cónica, cuja parte superior ligeiramente ovalada apresenta alguns raios incisos com origem num pequeno orifício central, desenhando metades de gomos com algum rigor simétrico, de tal modo que se assemelha a um *phalus* (fig. 7).



Fig. 7 – Banhos castrejos descobertos durante a obra da nova Estação de Caminhos de Ferro de Braga. No canto superior direito da imagem o monólito em forma de *phalus*. (Arquivo UAUM)

A qualidade do aparelho das paredes, quer da sauna, quer da antecâmara e do átrio é fraca. Foi utilizada pedra toscamente afeiçoada, sobreposta de forma irregular, tendo sido colocada terra para fechar os interstícios resultantes.

Os limites do monumento parecem estar perfeitamente definidos, embora a presença a Sul de uma grande mancha negra constituída por cinzas e carvões e com um número considerável de elementos graníticos calcinados, suscite várias hipóteses: uma zona de depósitos de limpeza do forno à semelhança dos monumentos da Citânia de Sanfins (Silva, 1986) e de Santa Maria de Galegos (Silva, 1986); uma estrutura complementar de aquecimento do balneário; espaço de rituais autóctones, que podiam incluir cremações de matéria vegetal ou mesmo de animais, assim sacrificados⁵.

Com base nos materiais cerâmicos recolhidos, a época da construção dos banhos da EFC de Braga foi atribuída a uma fase pré-romana. Efectivamente o nível de abandono, numa primeira análise, apenas forneceu materiais cerâmicos de produção indígena, datáveis da Idade do Ferro recente. Convém sublinhar que foram isoladas duas UE relacionadas com o abandono: uma primeira, mais espessa, formada por um sedimento muito fino; e sob esta, uma segunda camada que se sobrepõe directamente ao lageado do pátio. Pelo que se deduz desta sucessão e em particular do tipo de sedimento da UE superior, os banhos não foram arrasados mas recobertos com terra que se infiltrou de forma progressiva entre os interstícios do telhado. Admite-se que a zona passasse a ter um uso agrícola, o que parece comprovada pelos vestígios detectados aquando do acompanhamento da Variante à EN14, no local designado como Mosteiro da Visitação (Lemos, 2002a).

Na UE directamente relacionada com a última fase de uso dos banhos, o sedimento silto-arenoso acumulado na zona pela qual a água era drenada para fora do pátio (fig. 8), só foi recolhido material cerâmico da II Idade do Ferro.

Por outro lado, a rudimentar técnica construtiva (fig. 9) e a quase total ausência de motivos decorativos na Pedra Formosa são aspectos que podem ser considerados como sinais de antiguidade, embora insuficientes para afirmar que se evoluiu de modelos muito singelos para outros mais elaborados como os banhos do Monte das Eiras (Silva e Machado, 2007) e o que integrava a Pedra Formosa mãe, na Citânia de Briteiros (Lemos *et al.*, 2008).



Fig. 8 – Banhos castréjos da ECFB: canal por onde era drenada para o exterior a água utilizada no pátio dos banhos, observando-se a UE relacionada. (Arquivo UAUM)

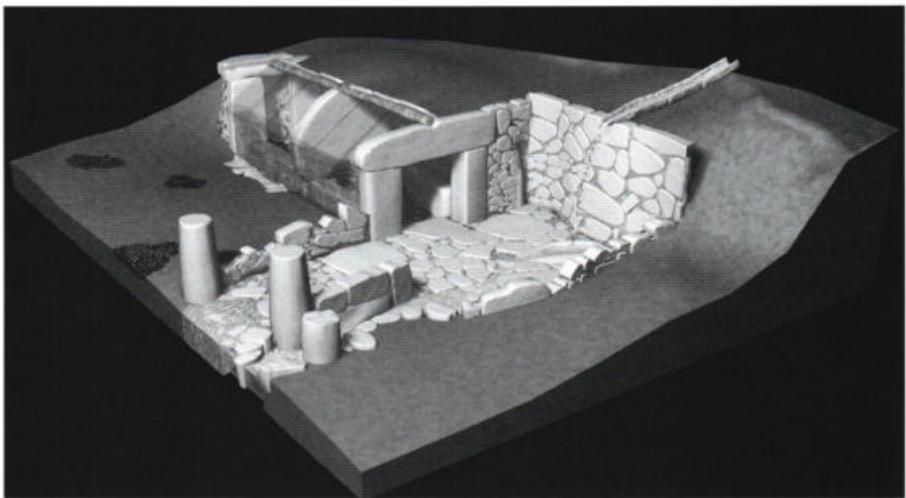


Fig. 9 – Reconstituição 3D dos banhos castréjos da ECFB. (Arquivo UAUM)

Quando ficou estabelecido que o monumento seria conservado *in situ*, ao abrigo da Convenção de Malta, optou-se por preservar, para futuras escavações (quando as técnicas de trabalho estiverem mais avançadas) toda a estrutura pétreo que o envolve. Também se conservam, para o futuro, tantos os sedimentos que se encontram selados por debaixo das lages do pátio, como os estratos da área exterior, a Sul, que estão actualmente sob um passadiço por onde circulam os utentes da ECFBraga. Dispomos, pois actualmente, de mais dados sobre o abandono e uso estrutura do que acerca da fundação e eventuais remodelações e restauros.

Porém, num ponto onde a couraça pétreo envolvente dos muros dos banhos estava mais danificada, foi realizada uma pequena sondagem cirúrgica a fim de se tentar obter informação sobre a cronologia de fundação dos banhos. Registou-se uma estratigrafia algo complexa em parte alterada por um paleo-canal intrusivo da Idade Moderna. Em associação com as pedras irregulares da couraça apenas se detectou cerâmica indígena. Na base, sob o alicerce, foi descoberta uma fossa de deposição (definida, no topo, por um anel lítico e no fundo por um "leito" de pequenas pedras) contendo um vaso da forma 10 de Ana Bettencourt (2000) e forma 2 da fase II de Manuela Martins (1990), bem como um fragmento de um vaso bordo esvasado, lábio arredondado, de pasta arenosa/micácea, de acabamento alisado e cozedura redutora. A base é de fundo plano simples. Trata-se da forma 3 B da fase II de M. Martins (1990). O vaso data da Idade do Ferro Inicial (fig. 10).

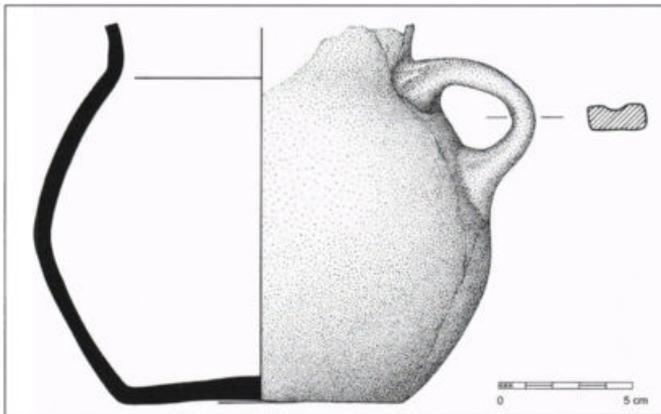


Fig. 10 – Banhos castrejos da ECFB: desenho do vaso encontrado na base da estrutura. (Arquivo MDDS)

No entanto, sem mais sondagens não nos parece legítimo afirmar que os banhos foram construídos nessa fase, embora uma das saunas das Astúrias tenha sido datada do séc. V a. C. (Villa Valdés, 2007). De facto, há a possibilidade da fossa estar relacionada com uma estrutura de carácter simbólico, de modelo desconhecido e anterior aos banhos. Os três elementos em granito, que assinalam a entrada para o pátio poderiam pertencer a essa estrutura mais antiga bem como o menhir fálico integrado num dos muros. Se assim fosse os banhos teriam sido edificadas naquele ponto específico, na II Idade do Ferro, dando continuidade a uma sacralidade anterior talvez estabelecida na I Idade do Ferro ou do Bronze Final. A relevância ritual dos banhos pré-romanos da Estação de Caminho de Ferro de Braga já foi sublinhada em artigo publicado na revista *Almadan* em 2002 (Lemos *et al.*, 2002). Estariam directamente associados ao culto das águas, bem como a cerimónias de iniciação. Recordamos que a água e a iniciação se encontram relacionadas nas mitologias oriental, greco-romana e cristã (baptismo), bem como noutros universos culturais.

De qualquer modo o estudo completo desta estrutura está por efectuar, pelos motivos já referidos, ou seja porque entendemos que deve ser feito daqui a décadas quando as técnicas de Arqueologia estiverem mais refinadas. Conservam-se intocados sedimentos quer na zona exterior Sul dos banhos, quer sob a câmara de acesso à sauna e sob o lageado do pátio, bem como por debaixo da estrutura pétreia envolvente.

Já foi sugerida (Morais, 2005) uma relação entre estes banhos e o Castro Máximo que fica a cerca de mil quinhentos metros para Nordeste. Parece-nos ser uma distância excessiva, sem paralelo noutros casos. As estruturas de banhos situam-se, normalmente, intramuros, como na Citânia de Sanfins (Silva, 1986) ou na Citânia de Briteiros (banhos Nordeste e Sudoeste, ambos localizados entre a primeira e segunda linhas de muralhas) (Lemos *et al.*, 2008). E, também, no sopé dos castros, como em Quintães (Dinis, 2002), no Monte das Eiras (Silva e Machado, 2007), ou em Santa Maria de Oleiros (Silva e Machado, 2007). O Castro Máximo, tal como outros grandes povoados tinha provavelmente os seus próprios banhos, ainda por descobrir.

Cada um dos monumentos descritos nos parágrafos anteriores merecia um comentário mais desenvolvido. Sobre a Fonte do Ídolo já existe numerosa bibliografia incluindo trabalhos recentes para os quais remetemos (Lemos, 2002

e 2005; Elena Garrido *et al.*, 2008). Infelizmente o acompanhamento arqueológico realizado durante as obras da nova estrutura de protecção do Santuário, revelou que os sedimentos foram revolvidos em profundidade pela DGEMN na década de 30 do século XIX, o que limita em muito a sua leitura arqueológica. Quanto aos banhos castrejos está em preparação o estudo monográfico, mas as principais conclusões possíveis já foram referidas.

3

A estátua sedente e a cabeça de guerreiro

Neste breve texto, interessa sublinhar que há outros elementos para se considerar que a Colina de Braga foi, na Proto-História, um lugar comunitário, com múltiplas valências. Em 1977, em obras feitas no lado sul da Rodovia, ou Avenida da Imaculada Conceição, junto às antigas oficinas da Livraria Cruz foram recolhidas, por um privado, duas peças de grande valor que, todavia, só foram conhecidas e publicadas quase uma década depois: uma cabeça de guerreiro e uma estátua sedente masculina⁶. Quanto à estátua sedente, proto-histórica, é, sem dúvida, uma das melhores peças do Noroeste da Península, existindo apenas mais cinco. As estátuas deste tipo, masculinas, de que se conhece no Minho outro exemplar, podem representar deuses protectores da comunidade. Uma das estátuas foi descoberta no Castro de Lanhoso; a outra em *Bracara Augusta*. Outros paralelos são duas peças recolhidas em Xinzo de Limia (Ferro Couselo, 1972; Calo Lourido, 1994) e outra em Perafita (Luís, 1997), ou seja também na área dos grandes castros. Há, ainda, duas estátuas femininas descobertas uma na Citânia de Briteiros e a outra em Felgueiras (Cardozo, 1985).

A estátua de Braga, recolhida num contexto secundário, numa *insula* romana da periferia do sector Sul da cidade, é assaz interessante. A personagem masculina (o *falus* é evidente) está sentada numa cadeira cujos apoios dianteiros representam cascos de cavalo. A mão direita, encosta ao peito num gesto certamente ritual. A esquerda segura um vaso. Pela dimensão (altura 77 cm;

largura máxima lateral 40,5 cm; largura máxima frontal: 43,5 cm; base: 50 cm) é pouco provável que se inserisse num contexto doméstico. Impressiona a pose majestática, na linha dos guerreiros galaicos, a solidez e o apurado trabalho em granito fino (fig. 11). Provavelmente estava colocada sobre um pedestal num templo. Apesar de esculpida em granito, esta estátua filia-se nos modelos ibéricos, sendo especialmente elucidativo não só o modo como a personagem está adossada ao “trono”, como também os pés dianteiros do assento, representando as extremidades de um animal, neste caso o cavalo. Trata-se de uma peça de valor extraordinário tanto artístico como simbólico. A influência mediterrânica é evidente. A representação de patas de um animal, que constituem os suportes dianteiros do trono, tem paralelo na garras da



Fig. 11 – Estátua sedente de Braga. (Arquivo MDDS)

cadeira da Dama de Baza (Granada), embora não deixe de ser interessante a preferência, no caso da estátua de Braga por um animal associado á guerra e á caça (o cavalo), em detrimento de outro de simbologia mais fantástica. Tanto o vaso da mão esquerda como a mão direita pousada sobre o peito, deveriam preconizar um ritual, provavelmente efectuado pelos representantes das famílias mais ilustres dos castros bracarenses. O ritual é, sem dúvida, um arquétipo de raiz mediterrânica e com longa duração. Numa das estátuas femininas do Santuário de Cerro de los Santos (Montealegre del Castillo, Provincia de Albacete) observam-se os mesmos gestos, a "benção" com a mão direita sobre o peito e um vaso erguido pela mão oposta.

Num comentário sobre as estátuas sedentes do Noroeste da Península Ibérica Adolfo Ruibal González (2005), embora salientando a influência mediterrânica, sugere que o facto de serem, na sua maioria de sexo masculino, indica que as sociedades da II Idade do Ferro do Noroeste, teriam um "ethos" androgénico, que as diferenciava do universo do sul da Península Ibérica, onde as estátuas sedentes são femininas. Julgamos que o número de peças descoberto até esta data não permite asserções tão definitivas. Por ora conhecem-se no NO apenas duas estátuas femininas, mas podem descobrir-se outras e o sexo das de Xinzo de Lima apenas se pode deduzir pela aparência, não se verificando a representação do *phalos* como no exemplar de Braga. Na representação de feminina de Briteiros destaca-se um torques, o qual é, por vezes, associado, sem reservas, aos guerreiros e considerado uma jóia masculina, aliás sem fundamento arqueológico.

Para além destas considerações que apenas podem ser esclarecidas quando se multiplicarem os achados, talvez o mais importante seja destacar o sincretismo dos *Bracari*, que congregavam diversas influências, mantendo, no entanto, uma coerência social e simbólica bem marcada na arquitectura dos seus povoados (Citânia de Briteiros, Monte Redondo, Monte das Eiras).

Quanto á cabeça de guerreiro insere-se, cabalmente, no modelo dos chamados guerreiros lusitanos, ou galaicos, cujo estudo teve recentes desenvolvimentos (Schattner, 2004). A de *Bracara* evidencia um capacete de modelo simples, ajustado. Segundo as autoras (Bettencourt e Carvalho, 1993/94), que divulgaram a peça pela primeira vez, possui semelhanças com os conhecidos guerreiros

do Outeiro Lesenho, hipótese com a qual estamos de acordo (fig. 12). A questão que se levanta é a seguinte: excluindo a bizarra hipótese das “cabeças-troféus”, admitindo que integrasse uma estátua, cujos restantes elementos se perderam ou ainda não foram descobertos, qual é o sentido da presença da peça no contexto da colina de Braga? Efectivamente a quase totalidade das estátuas de guerreiros foram descobertas em relação directa com castros e em especial com as muralhas. Todavia se considerarmos que os guerreiros dos castros seriam talvez heróis mitológicos protectores, não seria surpreendente que um local, mesmo neutro e de paz, integrasse, no seu ponto cimeiro, representações de linhagens destacadas.

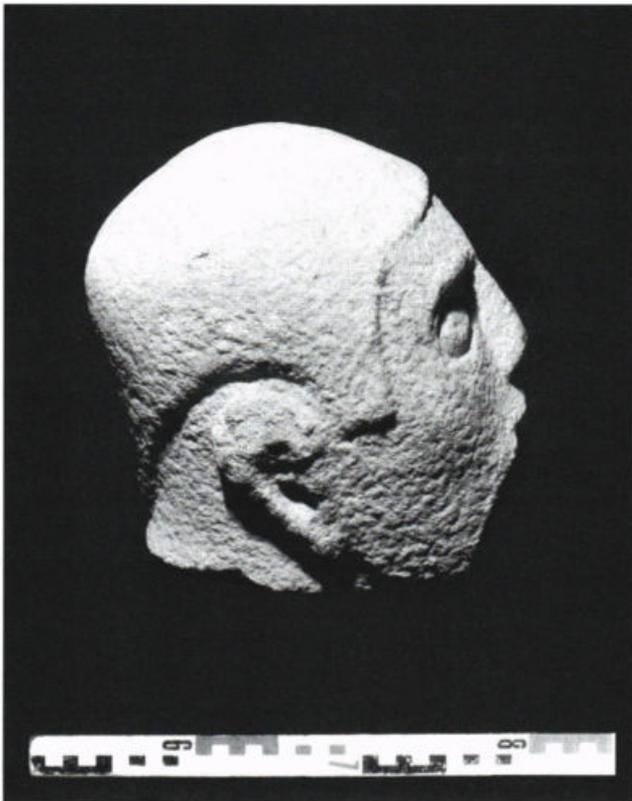


Fig. 12 – Cabeça de guerreiro castrejo descoberta em Braga.
(Arquivo MDDS)

4

Mercado e lugar de cooperação

Ainda que a componente simbólica e religiosa da colina, onde mais tarde se edificou *Bracara Augusta*, fosse muito relevante, não terá sido menor a sua importância como mercado, a várias escalas. No contexto do Ente Douro e Minho, situa-se, tal como referimos, no ponto de cruzamento de vários corredores de circulação de pessoas e bens. A ligação à zona costeira era fácil. A navegação fluvial, através de pirogas proto-históricas do tipo que foi descoberto no rio Lima (Rodrigo *et al.*, 2005; Alves *et al.*, 2005), permitia a subida dos rios Ave e Cávado. Os pontos limites de navegabilidade, com este tipo de embarcações terão sido: no Cávado, Areias de Vilar; no Ave a zona da Ponte da Lagoncinha. Quanto ao rio Este, a observação das imagens aéreas do leito actual é inconclusiva, mas talvez fosse possível alcançar o Castro de Penices, ainda que em botes mais pequenos que os recolhidos no fundo do leito do rio Lima. Qualquer um destes locais ficava a menos de três horas de caminho, via terrestre, até à colina de Braga.

Que tipo de bens eram trocados, em feiras que seriam periódicas, é uma questão em aberto. Num quadro ilustrativo do comércio entre o Mediterrâneo e o Noroeste Peninsular o investigador González Ruibal (2006/7) sugere que os povoados do litoral seriam uma espécie de plataforma entre os bens transportadas por via marítima (vinho; unguentos; vidros; cerâmica fina; contas; cristais; moedas; jóias e adornos de bronze) e os produzidos pelos castros interiores (curtumes; estanho; ouro). Do gráfico também constam escravos, esta última hipótese algo arriscada mas que não deve ser excluída de todo. Se o vinho chegava aos grandes povoados do interior, como a Citânia de Briteiros, não há evidências materiais, embora pudesse ser transportado em odres. Também não se registou cerâmica púnica nem em S. Julião (Vila Verde) (Martins, 1988a) nem em Briteiros, embora os materiais deste último povoado ainda não estejam classificados, incluindo os das escavações de Francisco Martins Sarmiento e Mário Cardozo, cuja reorganização está em curso. Em Briteiros o número de contas em vidro é limitado, embora a quantidade de moedas ibéricas pareça ser significativa se for verdade que a colecção de numismas dessa origem se perdeu, conforme afirma Mário Cardozo (1996). Provavelmente haveria um outro produto muito procurado: os tecidos, para os quais não temos qualquer evidência por razões óbvias.

Sobre a hipótese de Braga ter sido, na II Idade do Ferro, um espaço com múltiplas valências, há ainda mais um indicador arqueológico interessante: a colecção de moldes em cerâmica para fabricar sítulas. Em escavações foram recolhidos 24 desses elementos, ou seja uma quantidade sem paralelo em Portugal e na Galiza (Martins, 1988; Morais, 2004), (fig. 13). As sítulas eram vasos rituais de bronze utilizados em cerimónias religiosas, ou banquetes

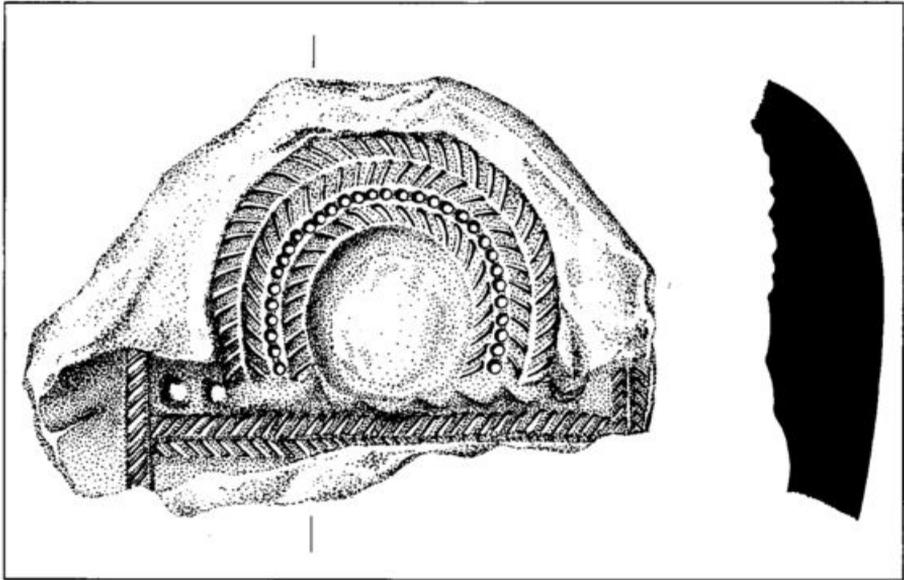


Fig. 13 – Desenho de um molde de sítula de Braga. (Arquivo MDDS)

festivos e funerários. A cronologia dessas peças é dilatada, pois surgem desde a segunda metade do primeiro milénio até à época romana (Morais, 2004). Também é ampla a sua área de distribuição, desde as Astúrias até ao Centro de Portugal, encontrando-se quer em castros de grande dimensão (Citânia de Briteiros), como em pequenos povoados do tipo de Castrellin (Fernández-Posse, 2000). Aliás o padrão morfológico e decorativo destes vasos pouco mudou ao longo dos séculos, talvez devido ao seu carácter ritual. Mesmo que os moldes de sítula de Braga tenham sido encontrados num contexto

post-fundacional (Morais, 2004), a quantidade e local da recolha (plataforma superior da colina), evocam uma tradição de metalurgia mais antiga, em locais não habitacionais, onde se produzia para um mercado regional, pelo menos o território dos *Bracari*.

A ocorrência de numerário é muito escassa. Em Braga apenas foram encontradas quatro moedas ibéricas e uma republicana. Segundo Rui Morais (2005): "As moedas ibéricas estão dispersas na cidade, tendo sido recolhidas na Colina do Alto da Cidade (As da ceca de Cástulo de 105-82 a. C.) e nas escavações realizadas nas Termas (As da ceca de Bilbilis, s. II a. C.), no Cardoso da Saudade (As da ceca de Kaskata) e nas Cavalariças (As ibérico). A moeda republicana, recolhida na Colina do Alto da Cidade, correspondente a um denário de prata, cunhado no N de Itália no ano de 82-81 a. C. (Zabaleta Estévez, 2000, 396)". Ou seja, apesar da importância do mercado que supomos ter funcionado na Colina de Braga, o sistema de trocas ainda obedecia a parâmetros tradicionais, sem referentes monetários. De qualquer modo, apesar da dispersão as referências topográficas das moedas confinam-se ao topo da Colina.

Por outro lado é importante assinalar que em diversos pontos da cidade, em escavações, têm sido detectadas covas abertas no saibro, de morfologia e dimensão variáveis, com materiais indígenas da II Idade do Ferro, como por exemplo na chamada zona das Carvalheiras, na encosta Noroeste. O estudo exaustivo destas fossas e seu material ainda não foi realizado, sendo importante verificar se correspondem a fossas dedríticas e a sua cronologia exacta. Caso sejam pré-romanas poderiam integrar construções precárias, possíveis estruturas temporárias de abrigo, nos momentos em que se realizavam as cerimónias rituais inter-comunitárias ou mercados. Outra hipótese em aberto: o de assinalarem locais de banquetes rituais.

Há outras covas do mesmo género, embora mais tardias, pois além da olaria castreja também ocorrem cerâmicas itálicas, pelo que Rui Morais (2005) as relaciona com o contexto fundacional de *Bracara Augusta*. Aliás, de passagem, registamos que nesta mesma fase (finais do séc. I a.C./primórdios do séc. I d.C.) se regista o abandono de pequenos povoados como os castros de Sabroso e Lago, principiando assim o reordenamento territorial imposto pelo novo poder romano.

Aliás é indispensável diferenciar entre o horizonte a que corresponde o tempo que estamos a analisar, cujos parâmetros se situam entre o século II a.C. e meados do I a.C., e uma fase posterior bem individualizada, tanto em *Bracara*, como noutros sítios, nas Citânias de S. Julião (Martins, 1988a) ou de Briteiros (Lemos e Gonçalo no prelo) e que corresponde á época de Augusto, fase caracterizada pela ocorrência de cerâmicas importadas (produções itálicas) e, correlativamente, de tradição indígena. Este horizonte corresponde ao contexto fundacional de *Bracara Augusta*, no momento em que se estava a edificar a nova urbe. Nalguns aspectos filia-se no primeiro (cerâmicas indígenas, por exemplo, ou determinadas epígrafes votivas), mas são dois momentos distintos que importa não confundir.

5 Considerações finais

Com base em todos estes dados entendemos que o sítio onde mais tarde foi edificada *Bracara Augusta* foi, inicialmente, um espaço comunitário dos *Bracari*. Um local neutro e com poderoso significado simbólico, onde as comunidades que integravam aquele “povo” se reuniam para celebrar o culto de deuses comuns, discutir assuntos de interesse mútuo, estabelecer acordos de paz, acertar ligações matrimoniais, negociar mercadorias (olaria; vasos e outros artefactos em bronze; bens exóticos). No ponto mais alto dessa colina poderá ter sido edificado um templo, cujos alicerces, estamos convencidos, serão descobertos, mais tarde, ou mais cedo.

A Fonte do Ídolo, os banhos proto-históricos da ECF, os achados supramencionados bem outras estruturas que um dia hão de ser desvendadas, completavam o ordenamento de um complexo lugar, uma plataforma que unia os *Bracari* e, quiçá, outros “povos” da *Callaecia* meridional.

Por outro lado a existência de um lugar polissémico como a colina de Braga, no contexto da II Idade do Ferro, assim como outros locais que têm sido classi-

ficados como santuários, mas que provavelmente, possuíam um significado mais amplo, como lugares neutros e de paz, talvez permita esclarecer um paradigma que persiste, apesar das acutilantes dúvidas levantadas (Martins, 1996). De um modo geral os estudiosos da chamada Cultura Castreja consideram como um dado adquirido que os castros se agrupavam em unidades étnicas que os romanos designaram por *populi*. Para diversos autores os *populi* do Noroeste teriam origem em movimentos ou "vagas" de povos celtas, enquanto outros preferem falar de migrações de indo-europeus (Silva, 1986). Finalmente há quem considere que estas entidades são o resultado de uma etnogénese regional, que se desenvolveu ao longo do I Milénio (Martins, 1990; Peña Santos e Vazquez Varela, 1996). De facto as evidências concretas de movimentos populacionais são escassas e pouco se sabe sobre os eventuais grupos étnicos do Noroeste Peninsular, apesar de haver quem use a palavra tribos, o que não tem qualquer sentido.

Não se conhece, por exemplo, o significado exacto da palavra *Bracari*. Alguns (Luján Martínez, 2006) admitem que teria origem céltica. Todavia, mesmo supondo que *Bracarus* e *Bracari*, sejam palavras de radical céltico, daí não se pode deduzir que os *Bracari* seriam um povo, uma entidade étnica, com uma matriz cultural e genética homogénea. Quando muito é possível admitir que um determinado grupo de *castella*, ou seja castros que formavam entidades territoriais bem definidas, se identificavam numa organização de nível superior, mais tarde designada pelos romanos como *populus*, um termo muito vago. Que tipo de vínculos ligavam entre si os *castella* que formavam um *populus*, é algo que se desconhece. As hipóteses são várias: laços de vizinhança; sofisticadas relações de parentesco; pactos de casamento entre linhagens dominantes; ascendentes comuns, concretos ou simbólicos; mecanismos de poder padronizados. Por outro lado, um *castellum* poderia equivaler a um único castro, ou a vários, dependentes de um povoado mais importante. Por exemplo, os habitantes da Citânia de Briteiros, Castro de Sabroso e Castro de Santa Iria talvez formassem um único *castellum* (Lemos *et al.*, 2007). Contudo mesmo esta última designação, embora adoptada pelos autóctones no século I d.C. na epigrafia funerária, é romana, desconhecendo-se o modo como as comunidades proto-históricas se identificavam a si próprias.

Por outro lado o facto dos povoados, mesmo o mais pequenos, serem defendido por fortificações, mais ou menos complexas, não implica um estado de guerra

endêmico como se pretende (Queiroga, 1992), somente assinala situações de confronto e rivalidades (Lemos e Cruz, 2006). A guerra na Proto-História do Noroeste tem sido um tema em voga, ultimamente, coincidindo aliás com a crescente onda de conflitos que abalam zonas específicas do globo, incluindo a Europa. Diversos textos (González García, 2006 e 2008; Sastre, 2008) têm contribuído não só para esclarecer a complexidade da temática como as suas incidências sociais.

No contexto da incursão de *Decimus Iunus Brutus* os *Bracari* destacam-se como o núcleo central de resistência ao avanço romano, o que pressupõe liderança, capacidade de articulação de recursos e pontos de apoio (povoados fortificados). O combate com as legiões corresponde a um nível bélico superior. Existiam, provavelmente, outros conflitos menores, mais ou menos frequentes, inter-comunitários.

Lugares neutros como a Colina de Braga, teriam, pois, a função de atenuar o "stress" de conflitualidade entre os diferentes *castella* e mesmo entre diversos *populi* que tinham fronteiras com os *Bracari*. Por outro lado, deve colocar-se a hipótese de um espaço neutro, previligiado como aquele, ser tutelado pelas famílias mais poderosas dos diversos castros que se reconheciam como integrando os *Bracari*. Seria o caso dos *Camali* e outras famílias cujo nome ignoramos.

Deve-se mesmo suscitar uma hipótese mais arrojada: para compreender a formação das supostas entidades étnicas da Idade do Ferro do Noroeste, que nos textos latinos são designados como *populi*, mais que a análise dos castros como povoados será porventura decisivo o estudo aprofundado dos lugares de cooperação e paz, dos santuários de congregação, de montanha e limítrofes, da organização territorial (ao nível da macro-escala), dos mecanismos de conflito e modelos de guerra. Esta linha de investigação, aplicada ao Norte de Portugal, tem sido desenvolvida em recentes trabalhos que apresentámos (Lemos e Cruz 2006; Lemos *et al.*, 2007; Lemos *et al.*, 2008) ou que se encontram em preparação⁷.

Por outro lado, na escolha do *locus* para fundar *Bracara Augusta* a circunstância da colina ter sido um espaço com as características que enunciámos poderá ter sido decisiva, pois juntava-se ao valor comunitário e sagrado, o interesse geo-estratégico do sítio. Num patamar superior ao das divindades indígenas

vai erguer-se o culto ao Imperador, no *Forum* da nova cidade. Imperador como garante não só da continuidade da religião e cultura indígenas mas também de um novo tempo, de paz e prosperidade. Em trabalho recente, Rui Morais (2008) propôs um rosto feminino como imagem tutelar da cidade, que seria o da deusa *Fortuna*. O que de certo modo se conjuga com a monumentalização da Fonte do Ídolo, santuário dominado por uma deusa, representada com uma cornucópia. Por outras palavras a "imagem" romana da cidade, legitima-se no anterior culto à divindade tutelar feminina da "Colina Sagrada". Pelo contrário a divindade masculina, representada na estátua sedente, embora não tenha sido destruída, foi removida do que supomos ter sido o local onde estaria um templo, sendo guardada numa *insula* periférica. Terá havido a exclusão da divindade masculina, por ser conflituante com o culto imperial, centrado no *Forum*?

Por outro lado a ocupação pré-romana do colina, poderá explicar a conhecida inscrição conservada na Sé de Braga: CONDITVM SVB [divo ex iussu] IMP(eratoris) CAESARIS [Augusti divi f(ili)] / PATRIS PATRI[ae pontif(icis) max(imi)], (fig. 14). Esta epigrafe talvez não se relacione com a necessidade de anular a profanação do solo da urbe conforme sugeriram Santiago Montero e Sabino Perea (1996). Segundo estes autores, trata-se de um bidental, assinalando a refundação da cidade devido à queda de um raio (*fulmen regale*). Conforme refere Rui Morais (2005), numa visita à cidade de Braga Géza



Fig. 14 – Inscrição do Imperador Augusto (Catedral de Braga, lado Norte). (Arquivo MDDS)

Alföldy considerou-a como um testemunho da construção de um monumento dedicado a Augusto. Não deixa de ser curioso que a inscrição esteja no local onde nascia a ribeira que abastecia os banhos castrejos. Não terá sido erguido neste ponto, de elevado simbolismo, e no contexto fundacional de *Bracara Augusta*, o monumento a Augusto que G. Alföldy sugeriu? Com a edificação deste templo os banhos são abandonados.

Seja como for, em nosso entender, a epígrafe "purifica", confere um novo estatuto a um lugar anteriormente ocupado, mesmo sem ter sido um castro. Em última instância marca o projecto de estabelecer um aglomerado urbano num lugar cuja função anterior tinha sido outra.

O estudo mais exaustivo do contexto fundacional, já iniciado por Rui Morais (2005) e das primeiras iniciativas de urbanização de *Bracara Augusta* permitirá esclarecer, no futuro, muitas dúvidas que persistem sobre a ocupação pré-romana da colina e área adjacente. Felizmente conservam-se em Braga vastas áreas por escavar, as quais podem revelar surpresas inesperadas como foi a descoberta dos banhos castrejos no início do século XXI, um prenúncio favorável para as próximas décadas.

Notas

¹ Dados inéditos (Relatórios dos Trabalhos Arqueológicos na Quinta do Fajal), (Arquivos da UAUM e do IGESPAR).

² Sobre a evolução das interpretações arqueológicas e epigráficas de Fonte do Ídolo ver: Lemos 2005; Elena Garrido *et al.*, 2008.

³ De acordo com os dados mais recentes a Porta Norte de *Bracara Augusta* ficava na actual Rua Frei Caetano Brandão.

⁴ Provavelmente este nível suportava tábuas de madeira.

⁵ Foram recolhidos para futuras análises os sedimentos.

⁶ Actualmente fazem parte das colecções do Museu de D. Diogo de Sousa, integrando a exposição permanente, onde se podem observar.

⁷ Produzidos no contexto de uma reflexão conjunta em que colaboram Gonçalo Cruz, João Fonte, Joana Valdez e Carla Braz Martins.

Bibliografia

- ÃO, J. e ÉTIENNE, R. (coord.) (1975) – *Fouilles de Conimbriga*, Mission archéologique française au Portugal, Musée Monographique de Conimbriga, Paris, Édition du Boccard. 10 volumes.
- IA, Carlos Alberto Brochado de (2003) – Alterações no povoamento indígena no início da romanização. Ponto da situação no *Conventus Bracaraugustanus*, *Boletim Auriense*, 33, Museu Arqueológico Provincial, Ourense, pp. 77-94.
- intervenção oral no Colóquio de Barcelos sobre os Banhos Castrejos (Barcelos).
- Francisco J. S.; BLOT, Maria Luísa P.; RODRIGUES, Paulo J.; HENRIQUES, Rui; ALVES, João G.; DIOGO, A. M. Dias e CARDOSO, João P. (2005) – *Vestígios de naufrágios da antiguidade e da época medieval em águas portuguesas*. Comunicação ao Congresso do Mar (Nazaré, 1 e 2 de Abril de 2005) (ficheiro PDF), IPA, Lisboa.
- ICOURT, Ana (2000) – *Estações da Idade do Bronze e Inícios da Idade do Ferro da bacia do Cávado (Norte de Portugal)*, *Cadernos de Arqueologia*, Monografia n.º 11, Universidade do Minho, Braga.
- ICOURT, A. M. S. e CARVALHO, H. P. A. (1993/94) – Estátua sedente e cabeça de guerreiro galaico da região de Braga, *Cadernos de Arqueologia*, II Série, 10-11, Braga, pp. 279-281.
- HÃO, Jacinta; SABROSA, Armando José Gonçalves; e MONTEIRO, José Luís (1994) – BCP – Rua Augusta/Rua dos Correios: campanha de 1993/94, *Almadan*, 2.ª Série, 3, p. 110.
- OURIDO, F. (1993/94) – Arte Castrexa: Escultura e Decoração Arquitectónica, *Cuadernos de Estudios Gallegos*, 41 (106), Santiago de Compostela, pp. 75-110.
- ZO, Mário (1985) – *Catálogo do Museu da Sociedade Martins Sarmiento. Secção de Epigrafia e de Escultura Antiga*, 3.ª edição, Guimarães.
- *Citânia de Briteiros e Castro de Sabroso*, 13.ª edição, Sociedade Martins Sarmiento, Guimarães.

- DINIS, A. (2002) – O Balneário do Alto de Quintães (Póvoa de Lanhoso, Norte de Portugal). Um Novo Caso a juntar ao Livro Negro da Arqueologia de Entre Douro e Minho, *Mínia*, vol. 10, III série, pp. 159-180, ASPA, Braga.
- FERNÁNDEZ-POSSE, M. D. (2000) – Las comunidades astures castreñas prerromanas en época prerromana, *Las Médulas (Léon). Una paisage cultural en la Asturia Augustana*, Diputación de Léon, Instituto Leonés de Cultura, pp. 49-108.
- FERRO COUSELO, J. (1972) – Estatuas sedentes y una columna miliaria de Xinzo de Limia. *Boletín Auriense*, 2, pp. 301-302.
- GARCÍA MORENO (2005) – Celtic Place and Personal Names in Spain and the Socio-Political Structure And Evolution of the Celtiberians, *E-Keltoi, Journal Of Interdisciplinary Celtic Studies, The Celts In The Iberian Peninsula*, Vol. 6, pp. 375-388, Online.
- GASPAR, Alexandra, GOMES, Ana (2003) – Castelo de São Jorge – balanço e perspectivas dos trabalhos arqueológicos, *Património – Estudos*, vol. 4, Lisboa, IPPAR.
- GARCÍA MARCOS, Victorino e VIDAL ENCINAS, Julio Manuel (1996) – Asturica Augusta: De asentamiento militar a urbs magnífica, *Los orígenes de la ciudad en el noroeste hispánico: actas del Congreso Internacional*, Lugo 15-18 de mayo (coord. Antonio Rodríguez Colmenero), 2, pp. 911-944.
- GARRIDO ELENA, A.; MAR, R. e MARTINS, M. (2008) – *A Fonte do Ídolo*, Bracara Augusta. Escavações Arqueológicas 4. Unidade de Arqueologia da Universidade do Minho. Braga.
- GONZÁLEZ GARCÍA, Francisco Javier (2006) – El Noroeste De La Península Ibérica En La Edad Del Hierro: ¿Una Sociedad Pacífica? *Cuadernos de Estudios Gallegos*, LIII, n.º 119, enero-diciembre pp. 131-155.
- GONZÁLEZ GARCÍA, F. J. (2008) – La guerra en la Gallaecia antigua: del guerrero tribal al soldado imperial (Artículo enviado a *Sémata*, 19, para su publicación).
- GONZÁLEZ RUIBAL, ALFREDO (2004) – Artistic Expression and Material Culture in Celtic Gallaecia, *E-Keltoi, Journal of Interdisciplinary Celtic Studies, The Celts in The Iberian Peninsula*, 6, pp. 114-166, online.

- GONZÁLEZ RUIBAL, A. (2006-07), Galaicos: poder y comunidad en el Noroeste de la Península Ibérica (1200 a.C.-50 d.C.), *Brigantium*, II tomos, Boletín do Museu Arqueolóxico e Histórico da Coruña, A Coruña.
- LE ROUX, P.; TRANOY, A. (1974) – Contribution a L'Étude des Régions Rurales du Nord-Ouest Hispanique au Haut-Empire: Deux Inscriptions de Penafiel, *Actas do III Congresso Nacional de Arqueologia*, Vol. I, PORTO, pp. 249-257.
- LE MOS, F. Sande (1999) – O contexto geográfico da fundação de *Bracara Augusta*, *Forum*, 25, pp. 81-94.
- (2002) – A Fonte do Ídolo – História do Monumento e Contexto Arqueológico, *Mínia*, III Série, 10, Braga, pp. 5-26.
- (2002a) – *Bracara Augusta* – A Grande Plataforma viária do Noroeste Peninsular, *Forum*, 31, pp. 95-128.
- (2005) – Fonte do Ídolo, Braga – História e Contexto Arqueológico do Monumento, *Actas do II Seminário Intervenções no Património*, DGEMN e FEUP, Porto, pp. 359-372.
- LE MOS F. S. e LEITE, J. M. Freitas (2006) – Relatório dos Trabalhos Realizados na Rua de D. Diogo de Sousa (Museu do Tesouro do Sé). Unidade de Arqueologia da Universidade do Minho.
- LE MOS, F. S., Leite, J.M.F., BETTENCOURT, A. e AZEVEDO, M. (2002) – Balneário Pré Romano de Braga, *Almadan*, II Série, 12, Lisboa, pp. 43-46.
- LE MOS, F. S. e CRUZ, G. (2006) – Muralhas e Guerreiros na Proto-História do Norte de Portugal, *Actas do III Congresso de Arqueologia de Trás-os-Montes, Alto Douro e Beira Interior*, 3, Pinhel, pp. 8-29.
- LE MOS, F.S.; CRUZ, G.; FONTE, J.; VALDEZ, J. (2007) – Landscape in the Late Iron Age of Northwest Portugal: castella, populi, boundaries and sacred places, *Western Europe in the First Millennium BC: Crossing the divide*. Department of Archaeology, Durham University, UK (November 23-25th). (no prelo).
- LUIS, M. L. (1997) – O sedente de Pedrafita. *Boletín Auriense*, 25, pp. 37-50.

- LUJÁN MARTÍNEZ, Eugenio R. (2006) – The Language(s) of the Callaeci, *E-Keltoi, Journal of Interdisciplinary Celtic Studies, The Celts in the Iberian Peninsula*, 6, pp. 715-748. On-line.
- MARTINS, Manuela (1988) – Moldes de sítula com decoração geométrica encontrados em Braga, *Cadernos de Arqueologia*, II Série, 5, Braga, pp. 23-33.
- (1990) – *O Povoamento Proto-Histórico e a Romanização da Bacia do Médio Curso do Cávado*, *Cadernos de Arqueologia*, Série Monografias, Braga.
- (1996) – Construção e Manipulação do Discurso Arqueológico: o Mito das raízes étnicas, *Forum*, 19, Conselho Cultural da Universidade do Minho, pp.
- (2000) – *Bracara Augusta. Cidade Romana*. Fundação Bracara Augusta, Braga.
- (2005) – *As termas romanas do Alto da Cividade, Bracara Augusta – Escavações Arqueológicas*, I, Universidade do Minho, Braga.
- MARTINS, M.; LEMOS, F. S. (1998) – Duas Décadas de Vida de um Projecto, *Cadernos de Arqueologia*, II Série, 14-15, Braga, pp. 9-21.
- MORAIS, Rui (2004) – *Autarcia e Comércio em Bracara Augusta no período Alto Imperial: contribuição para o estudo económico da cidade*, Dissertação de Doutoramento em Arqueologia, Universidade do Minho, Braga.
- (2005) – Ab Urbe Condita. Desde a Fundação da Cidade de *Bracara Augusta, Sagvntvm (P.L.A.V.)*, 37, pp. 125-138.
- (2008) – Dois Bronzes de Entidades Tutelares da Cidade Romana de *Bracara Augusta*, *Forum*, Universidade do Minho (no prelo), pp.
- OLIVARES PEDREÑO, J. C. (1998-1999) – El culto a *Nabia* en *Hispania* y las Diosas Polifuncionales Indoeuropeas, *Lvcentvm*, XVII-XVIII, pp. 229-241.
- (2006) – Celtic Gods of the Iberian Peninsula, *E-Keltoi, Journal Of Interdisciplinary Celtic Studies, The Celts in the Iberian Peninsula*, Vol. 6, pp. 607-648, Online.

- OREJAS, A.; SÁNCHEZ-PALÉNCIA, F.; PLÁCIDO, D. (2000) – La Arqueología de una conquista, *Las Médulas (Léon), Un paisaje cultural de la Asturia Augustana*, Instituto Leonés de Cultura. Diputación de León, pp. 111-136.
- PEÑA SANTOS, A. e VAZQUEZ VARELA, J. M. (1996) – Genésis e Evolución de la Cultura Castrexa de Galicia, *Complutum Extra (1)*, pp. 255-262.
- QUEIROGA, Francisco (1992) – *War and Castros: New Approaches to the Northwestern Portuguese Iron Age*, Oxford, Tese de Doutoramento.
- RODRIGO, Ricardo; HERMOSILHA, Hélder; ALELUIA, Miguel (2005) – *Relatório da missão de prospecção arqueológica por detecção remota do Porto de Viana do Castelo*. Trabalhos do Centro Nacional de Arqueologia Subaquática, n.º 26, IPA, Lisboa.
- RODRÍGUEZ COLMENERO, A. (1995) – *Lucus Augusti. Urbs Romana. Los Orígenes de La Ciudad de Lugo*, Ayuntamiento de Lugo, Lugo.
- (2002) – Deuses da Planície: *Nabia* e seus assimilados, *Religiões da Lusitânia, Loquuntur Saxã, MNA, Lisboa*, pp. 25-29.
- (2006) – La “Fonte Do Ídolo” (Braga), Santuario Rupestre de una Ciudad Romana (texto inédito).
- SASTRE, Inês (2008) Community, Identity and Conflict: Warfare In The Iron Age of Northwestern Iberian Peninsula, *Current Anthropology*.
- SCHATTNER, Thomas G. (2004) – Novas aproximações às estátuas de guerreiros lusitanos-galaicos, *O Arqueólogo Português, Série IV, 22*, MNA, Lisboa, pp. 9-66.
- SCHULTËN, Adolf (1943) – *Los cántabros y ástures y su guerra con Roma*, (Madrid).
- SILVA, A. M. S. P. (2000) – Rua D. Hugo 5, um arqueossítio fundador. *Al-Madan. Almada. II Série*, 9, p. 136-137.
- SILVA, Armando Coelho F. da (1986) – *A Cultura Castreja no Noroeste de Portugal*, Câmara Municipal de Paços de Ferreira.
- (2007) – Intervenção oral no Colóquio de Barcelos sobre os Banhos Castrejos.

- SILVA, A. C. F.; MACHADO, J. (2007) – Banhos Castrejos do Norte de Portugal, *Pedra Formosa, Arqueologia Experimental*, Câmara Municipal de Vila Nova de Famalicão / Museu Nacional de Arqueologia, Vila Nova De Famalicão, pp. 20-60.
- SYME, R. (1970) – The Conquest of North-West Spain, *Legio VII Gemina*, Léon, pp. 79-108.
- TRANOY, Alain (1981) – *La Galice Romaine*, Difusion du Bocard, Paris.
- ZABALETA ESTÉVEZ, M. M. (2000) – Hallazgos numismáticos de los comienzon de Bracara Augusta, 3.º *Congresso de Arqueologia Peninsular*, Porto, VI, pp. 95-99.
- VASCONCELOS, José Leite de (1905) – *Religiões da Lusitânia*, II, Lisboa, Imprensa Nacional.
- VILLA VALDÉS, A. (2007) – Banhos castrejos da Galiza e Astúrias, *Pedra Formosa, Arqueologia Experimental*, Câmara Municipal de Vila Nova de Famalicão / Museu Nacional de Arqueologia, Vila Nova de Famalicão, pp. 66-92.